

ATUAÇÃO POLÍTICA FEMININA E IDENTIDADES DE GÊNEROS: UM ENLACE ANALÍTICO ENTRE A MÍDIA, O PARLAMENTO E A SOCIEDADE

Dulce Elena Coelho Barros¹

RESUMO: Neste espaço privilegiado de discussões sobre as formas/modos de atuação da linguagem sobre a sociedade, tratarei da representação social do gênero feminino. Meu interesse recai mais vivamente sobre aspectos que dizem respeito à construção discursiva da identidade da mulher brasileira politicamente ativa. Partindo do princípio de que toda e qualquer prática linguístico-discursiva se consolida em textos contextualmente situados, os dados analisados compreendem excertos de textos extraídos dos seguintes *corpora*: discurso parlamentar, mídia impressa e entrevistas com cidadãs e cidadãos maringenses. O estudo ora apresentado se situa entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, já que toma como instrumento de investigação a Análise Crítica do Discurso (ACD). As discussões que permeiam o artigo pretendem retratar o importante papel desempenhado pelas categorias linguístico-discursivas na construção dos textos e elucidação de posicionamentos ideológicos assumidos pelos atores sociais envolvidos nas práticas sociodiscursivas em foco.

PALAVRAS-CHAVE: identidades de gênero; mídia; parlamento; sociedade

ABSTRACT: The social representation of the female gender will be provided within the context of discussions on the forms and modalities in the materialization of language on society. The aspects on the discursive construction of the politically active Brazilian woman will be focused upon. Since every linguistic and discursive practice is consolidated in contextually situated texts, the data analyzed will comprise paragraphs from texts retrieved from the following corpora: parliamentary speech, matter in the printed press and interviews with people, males and females, from Maringá PR Brazil. Current discussion lies between Linguistics and Critical Social Science since Discourse Critical Analysis will be the investigation tool employed. The discussions that pervade current investigation show the important role performed by linguistic and discursive categories in the construction of texts. In fact, they elucidate the ideological stances of social agents involved in the social and discursive practices under focus.

KEYWORDS: gender identities; social media; parliament; society.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP), professora adjunta na Universidade Estadual de Maringá (UEM), membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM – estudos do texto e do discurso. Faz parte do Grupo Brasileiro de Estudos de Discurso, Pobreza e Identidades, integrado à REDLAD (Rede Latino Americana de Estudos do Discurso/ CNPq), sob a coordenação da Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva (UnB). Tem participado de congressos nacionais e internacionais abordando os temas: atuação política feminina e identidades de gênero na mídia, no parlamento e na sociedade; *ethos* discursivo dos moradores na região do lixão (Vila Santa Maria-Pr).

1. Considerações iniciais

A Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, teoria de natureza interdisciplinar, com raízes na Linguística, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Ela nos permite dizer que do interior dessas práticas sociais é possível resgatar alguns mecanismos de reprodução discursiva da dominação na sociedade. Nesse sentido, as análises em ACD se fazem na interface das relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais ao longo das suas produções textuais. Isso equivale a dizer que debruçar-se sobre questões discursivas implica considerar que o controle social emerge da constituição linguístico-discursiva dos textos. Empreender uma análise linguística nesses termos requer que se estreitem os laços existentes entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Sistêmico Funcional (LSF). Sendo assim, ao longo das análises, aqui empreendidas, faço uso recorrente da categoria de transitividade proposta por Halliday e Mattiessen (2004) para a análise linguística.

Buscando resgatar os processos de constituição identitária da mulher brasileira politicamente ativa, ainda lanço mão do próprio vocabulário utilizado pelos/as produtores/as dos textos dos quais foram extraídos os dados compreendidos neste artigo, a saber, discurso parlamentar, texto midiático impresso e entrevistas com cidadãs e cidadãos maringauenses. Nesse passo, destaco o posicionamento de Beaugrande (1997), segundo o qual os modos particulares de representação de aspectos do mundo podem ser evidenciados nos traços linguísticos que materializam o discurso. O mais evidente desses traços, segundo Fairclough (2003:129), é o vocabulário.

Em ACD, portanto, o evento discursivo é analisado como texto, posto que privilegia a descrição dos elementos linguísticos. Analisar um texto sob o enfoque da natureza dos seus traços formais equivale a lidar com parte do material simbólico de que língua é constituída. Nesse sentido, a análise descritiva dos elementos linguísticos com os quais nos deparamos na superfície linguística exige interpretação. Essa interpretação se faz pela articulação concomitante dos processos discursivos (produtivos e interpretativos) e o texto. A caracterização dos processos discursivos como produtivos e interpretativos pressupõe a integração dos sujeitos que participam do evento discursivo. Isso justifica o fato de a ACD considerar toda a prática discursiva como uma forma de prática social. Sendo assim, o objetivo desta explanação teórico-analítica é o de discutir fenômenos que estejam relacionados às determinações sociodiscursivas compreendidas na materialidade do texto que as sustentam, voltando nossos olhares para as identidades ditas enfraquecidas ou periféricas, tal como as de gênero feminino, e para o modo pelo qual as mesmas vêm registradas nos diferentes gêneros textuais, configuradores, por sua vez, dos discursos que lhes formatam.

2. Enfoque geral da ACD

Conforme asseguro, em artigo de minha autoria Barros (2008), a Análise Crítica do Discurso, enquanto teoria social da linguagem, reveste-se de caráter interdisciplinar. A afirmativa sustenta-se nos princípios da Teoria Social do Discurso, proposta por Fairclough (1992, 2001), que se mostra comprometida com a busca pelo entendimento das relações e identidades sociais retratadas ou reproduzidas explicitamente ou implicitamente nas marcas textuais. Nesse sentido, a ACD, segundo Barros (2008:201), permite empreender um estudo de natureza socioideológica não descompromissado ou alheio às determinantes linguísticas.

Ao tecer considerações sobre os aportes teóricos-metodológicos da ACD, sublinho (BARROS, 2008:201) que ACD proposta por Fairclough toma partido das práticas sociais reais, bem como dos textos concretamente produzidos no seu interior. Conforme assinalo, a análise de discurso se faz em consonância com a análise textual. Naquele momento, cito Fairclough, para quem a ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada) reforçará a análise social, essencialmente por incidir sobre exemplos concretos de prática e formas textuais e sobre processos de interpretação associados a elas (FAIRCLOUGH, 2001, p.87 *apud* BARROS, 2008, p.201). Esse ponto de vista elucida a ideia de que, na dimensão da prática linguística, o discurso é abordado enquanto texto.

Busco lembrar também que se valer desse enquadre teórico para as nossas reflexões de natureza linguístico-discursivas implica contemplar, simultaneamente, questões de forma e sentido na linguagem. Conforme asseguro:

Um texto para Fairclough corresponde a instâncias atualizadas da linguagem em uso. Isso quer dizer que uma abordagem da linguagem em sua concretude, caracterizada pelo envolvimento de sujeitos reais, que têm uma história e estão envolvidos de forma a interagirem socialmente, sobrepõe-se a uma reflexão da natureza abstrata e homogênea da linguagem, recuperando-se, assim, o fundamento básico do processo linguístico: a significação (BARROS, 2008, p. 202)

Cabe destacar aqui a síntese que faço ao me referir à tomada de posição assumida pela ACD frente à constituição do sentido na linguagem:

Na ACD, além de o discurso ser visto como prática linguística, é encarado como prática discursiva e prática social. Enquanto prática, o discurso contribui para a formação discursiva de estado de coisas, sujeitos e conceitos. Na construção das relações sociais entre indivíduos, os efeitos construtivos do discurso são sentidos nas formas de representação das identidades sociais, na determinação de posições sociais para os sujeitos e tipos de “eu”. Outro efeito construtivo do discurso recai sobre a construção de sistemas de conhecimento e crença (Barros 2008, p.205).

Isso quer dizer que o modelo de análise desenvolvido por Fairclough (1991, p.140-144) compreende três dimensões complementares, sobre as quais devemos nos

debruçar quando da análise do evento discursivo. Nesse sentido, focalizar o evento discursivo enquanto prática linguística (texto) permite a sua descrição. Abordá-lo enquanto prática discursiva – modos de produção, distribuição e consumo de textos – permite a sua interpretação. Finalmente, encarar o acontecimento discursivo à luz das práticas sociais, que tanto o determinam quanto são determinadas por ele, permite a sua explicação.

O modelo tridimensional sugerido por Fairclough apresenta ainda os elementos sobre os quais é possível nos debruçarmos ao emprendermos uma análise voltada para cada uma das dimensões registradas nesse enquadre teórico-metodológico. Nele se pode ver que a análise do evento discursivo, à luz das práticas linguísticas, deve ser feita com base no léxico, nas opções gramaticais, nos elementos coesivos e na estrutura dos textos. Com relação às práticas discursivas, o estágio interpretativo relativo a essas práticas não se desenvolve de forma alheia às determinações contextuais (situacionais e intertextuais). Nesse sentido, o modelo incorpora aspectos sociocognitivos mais gerais da produção e interpretação de um texto a quatro dimensões de análise sugeridas por Fairclough (2001, p.109): força, coerência, intertextualidade e interdiscursividade. Finalmente, com relação às práticas sociais, o estágio explicativo do modelo se destina a elucidar aspectos sociais ligados a formações ideológicas e formas hegemônicas que se nos apresentam retratados nos textos.

Enquanto teoria social do discurso, a ACD não concebe o uso da linguagem como atividade puramente individual. Assim como em outras teorias de natureza pragmático-discursiva, a ACD se posiciona contra a ideia da existência de um subjetivismo idealista na atividade de linguagem, contrariando também a concepção de que a linguagem se nos apresenta como mero reflexo das variáveis sociais. Nesse enquadre teórico-metodológico, a enunciação da expressão linguística é estudada relativamente ao meio social de produção dos textos/discursos. Nesse sentido, destaco comentários feitos por mim a este respeito:

A ACD aponta para a relação dialética que se estabelece entre prática discursiva e estrutura social. Os estudos em ACD, ainda que contemplem as estruturas linguísticas, não as concebem como um fim em si mesmas. Dito de outra maneira, as relações internas que se estabelecem entre formas da língua não são vistas como sendo governadas por leis linguísticas específicas de um sistema fechado, muito pelo contrário, o que modela e determina a orientação da organização de um enunciado é a atividade mental ou cognitiva, assim como as relações sociais, políticas e ideológicas (BARROS, 2008, p.202).

Isso quer dizer, portanto, que o texto pode e deve ser analisado sob duas perspectivas complementares, quais sejam, em termos de linguagem como sistema organizado em torno de um conjunto de estruturas léxico-gramaticais; como elemento semiótico que reflete processos discursivos e socioculturais ligados a estruturas sociais. Nesse ínterim, não devemos esquecer que a concepção de texto em Fairclough advém de Halliday, para quem o texto é, a um só tempo, unidade semântica/significativa e

forma de inter(ação). Isso justifica o fato de buscarmos nos sistemas linguísticos as evidências presumidas nos processos de significação. Para Fairclough (1997, p.77), os textos, parte constitutiva das práticas sociais, representam o produto linguístico de processos

discursivos. Nesse passo, é possível asseverar que os mesmos resultam da mediação que a linguagem exerce entre as estruturas sociais e as relações de poder. Essa mediação é evidenciada em análises que buscam destacar o fato de a linguagem se colocar a serviço da manutenção dos estados de coisas já existentes no mundo da vida, ou, contrariamente, da subversão da ordem social vigente.

A abordagem crítica do discurso permite, portanto, focalizar as propriedades dos textos linguísticos com vistas ao estudo da natureza dos processos e relações sociais (ideologias e relações de poder). O estudo, a um só tempo, das práticas linguísticas, das práticas discursivas e das práticas sociais, além de lançar luz sobre as prováveis razões da escolha de certa estrutura/forma linguística (vocabulário, gramática, estruturas textuais), permite desvendar a serviço de quem e de quais interesses as formas da língua são empregadas/produzidas, distribuídas e consumidas. Cumpre destacar, aqui, que, para Fairclough (1995, p.7), analisar discurso significa debruçar-se sobre a análise de como os textos se inserem na prática sociocultural. Sendo assim, a ACD se configura como um campo de estudos em destaque dentro da Linguística. No entanto, vale ressaltar, que, ao eleger o texto como unidade básica de análise, a ACD sugere extrapolar as fronteiras da mera extração das estruturas do texto ou do conteúdo em si. Como vimos anteriormente, faz parte da agenda da ACD descrever as formas linguísticas e estruturas dos textos, interpretar as relações que se estabelecem entre os processos discursivos (produtivos e interpretativos) e os textos, bem como explicar a relação entre os processos discursivos e os processos sociais. Tal posicionamento perante os fatos linguísticos permite a ampliação, sempre almejada, do conceito e do papel da linguagem em consonância com o papel por ela desempenhada no interior do corpo social.

3. Estudos de gênero em ACD

Abordagens da questão dos gêneros que se fazem à luz de uma perspectiva linguístico-discursiva permitem evidenciar que o tratamento do gênero social nas línguas desponta da evidência de que existem práticas linguísticas de natureza sexista. No entanto, antes de se entrar no mérito da questão do gênero social é preciso que se entenda que o vocábulo gênero nem sempre é entendido de uma única maneira, haja vista a intromissão dos fenômenos linguísticos nas práticas discursivas.

No artigo, de minha autoria, *Gêneros gramatical, textual e social nos estudos linguísticos* (BARROS, 2010), discuto a natureza polissêmica do vocábulo “gênero”, em português, bem como o fato de os estudos dos gêneros gramaticais e dos gêneros textuais constituírem campo aberto ao estudo de questões afetas ao gênero social (*gender*). Sintetizo em um único texto as diversas formas pelas quais os assuntos “gênero gramatical” e “gênero textual” vêm sendo tratados no interior dos estudos linguísticos, assinalando a interferência, no interior desses estudos, de uma perspectiva de gênero (*gender*) que se coaduna com o caráter social da linguagem.

A categoria de gênero que me interessa focalizar neste artigo é a de gênero social, abordagem que permite tratar questões concernentes às crenças e estereótipos, no que diz

respeito às condutas sociais de homens e mulheres, que, de uma forma ou de outra, se consolidam pela atividade de linguagem, pela prática social das línguas, deixando nestas as suas marcas. Nesse sentido, a análise linguístico-discursiva aqui apresentada, voltando-se mais especificamente para as formas de representação do feminino, parte especificamente de dois domínios discursivos ou instâncias discursivas, a saber, discurso político e discurso midiático. Posteriormente, a análise é levada a cabo aplicando-se a técnica da triangulação de dados. Isso implica dizer que as entrevistas feitas com 10 cidadãs e 10 cidadãos maringauenses constituem uma terceira instância discursiva a ser enfocada. Em consonância com Charaudeau (2006, p.58-62), a chamarei de instância cidadã. Será justamente por meio dessas instâncias discursivas que buscarei discutir e apresentar/descrever fenômenos condicionantes das formas de representação social da mulher e de sua transferência para o domínio da sua atuação direta na política nacional. Essa abordagem não se fará, portanto, alheia à condição histórico-cultural da mulher. Nesse ínterim, gostaria de buscar respostas para as questões: que fatores têm impedido/colaborado para o alcance de uma maior visibilidade da mulher na política? Que fatores impedem/garantem sua legitimidade política?

4. Papel da mídia, sociedade e parlamento na representação do feminino

Iniciarei a análise debruçando-me sobre as formas de representação da mulher politicamente ativa valendo-me de alguns recortes de textos que circularam na mídia impressa brasileira durante a campanha eleitoral da então presidenciável Dilma Rousseff, candidata com um longo histórico de vida pública.

Quem acompanhou as publicações circulantes na mídia durante o período que antecedeu e culminou com o processo eleitoral de 2010 pôde se deparar com reportagens, manchetes, notícias e *leads* que posicionam Dilma Rousseff numa ordem de discurso que colabora para a sustentação e reprodução da falsa ideia, já tão arraigada em nossa sociedade, da supremacia do homem sobre a mulher. Os excertos abaixo evidenciam que, a então Ministra da Casa Civil e, posteriormente, candidata do PT à Presidência da República é retratada por meio do discurso de uma suposta dependência feminina. Esse estado de coisas conferido pelo discurso emerge de uma forma de sexismo resultante de ações consideradas normais no mundo da vida. No mundo da política, assim como na vida diária, os atores sociais masculinos buscam assumir o controle das ações dos atores sociais femininos.

Estando a instância midiática a serviço das instâncias política e cidadã (CHARAUDEAU, 2006), há de se entender que os discursos produzidos no seu interior podem, em condições propícias, construir/reconstruir visões de mundo e identidades sociais. Vejamos nos exemplos 1, 2 e 3 abaixo que os verbos de ação “impulsionar”, “desinflar” “fazer” e “carregar” apresentam Lula como agente e Dilma como paciente da transitividade oracional. Esses verbos realizam processos materiais, que dizem respeito ao mundo físico.

- Excerto (1) “Lula impulsiona sua candidata com o discurso retrógradonacionalista de que só o PT protege o petróleo e outras riquezas do país.” (O Brasil é a quinta potência, Veja, p.64, 09/09/2009)
- Excerto (2) “Lula desinflou os bolsões radicais e fez sua candidata”. (Dilma no congresso do PT, Veja, p.11, 24/02/2010).
- Excerto (3) “... se a candidatura de Dilma não decolar, lá pelo meio da campanha ele discretamente abandonaria o barco. Por instinto de sobrevivência, Lula sempre deixou pelo caminho companheiros de viagem muito pesados para ele carregar. (Lavando as mãos, Veja, 26/05/2010)

A categoria de transitividade, tomada da gramática de Halliday e Matthiessen (2004), é utilizada para analisar o componente ideacional por meio da descrição dos tipos de processos (material, mental, verbal, relacional, comportamental e existencial), dos participantes e das circunstâncias de cada oração de um texto, diferenciadas entre si pelo tipo de verbo. Processos, participantes e circunstâncias constituem os três componentes da sentença como processo. A análise da sentença como processo permite resgatar o tipo de experiência que os interlocutores representam no texto (HEBERLE, 2000). Nos casos apresentados acima, esse caráter experiencial relativo à linguagem contribui para a sustentação das relações de poder na sociedade. Não esqueçamos que, para Foucault (1979), os discursos são socialmente legitimados como “regimes de verdade” via relações de poder. Nesse sentido, os significados ideacionais, referindo-se àquilo que está ocorrendo no mundo, àquilo que está sendo representado (RAVELLI, 2000, p.35), nos auxiliariam no entendimento de como a língua (forma) apresenta/atualiza os eventos ou acontecimentos.

Voltemos, agora, os nossos olhares para os verbos “aprender”, “contar”, “domar” e “virar” grifados nos dois próximos excertos:

- Excerto (4) “Lula sempre conseguiu manter sob controle essa reação em cadeia, afunilando todas as suas energias em benefício de sua própria carreira política. Dilma terá de aprender a fazer essa mágica. Por enquanto, ela conta com Lula para diminuir a concentração de ideias tóxicas explosivas no caldeirão ideológico do petismo. Na campanha, e eventualmente no poder em Brasília, ela vai ter de **domar** os radicais com suas próprias forças...” (Os dois figurinos de Dilma, Veja, p.55, 24/02/2010)
- Excerto (5) “Dilma virou candidata graças a uma rara conjunção de fatores”.
(Os dois figurinos de Dilma, Veja, p.58, 24/02/2010)

O verbo “aprender”, na forma modalizada: “Dilma terá de aprender a fazer essa mágica”, é de natureza mental, faz parte do mundo das ideias e sugere algo relativo ao

mundo da consciência do agente e ator social Dilma. Percebe-se aí que a agência verbal se realiza na dependência do “fazer” masculino previamente consolidado, remetendo-nos à objetividade do mundo físico. A seguir, em “ela conta com Lula”, o verbo “contar” realiza um processo relacional de natureza atributiva, que nos remete ao mundo das relações abstratas. Nesse caso, o ator social Dilma se mantém sob a dependência do agir masculino, pois, como nos sugere a forma verbal “contar”, ela deverá incluir no cômputo geral do seu próprio agir e fazer futuros os ensinamentos do seu mentor.

Note-se, portanto, que os modos de construção dos enunciados colaboram com os processos sociais de enfraquecimento das visões e identidades construídas em torno da mulher politicamente ativa. Nesse sentido, percebe-se que os enunciados/textos são produzidos na confluência dos significados ideacionais, interpessoais (relacionais e identificacionais) e textuais. Em palavras de Fairclough:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

Ao incorporar os significados identificacionais aos modos de agir, Fairclough (2003) demonstra serem tais significados parte constitutiva dos usos da linguagem em interação.

Mais adiante, em outra forma também modalizada “ela vai ter de”, ou seja, deverá “domar os radicais”, nos confrontamos com o verbo de natureza eminentemente material, mas que adquire, no enunciado, um significado figurado, tal como registra o dicionário Houaiss, de “submeter à autoridade (a propósito de adversários); subjugar; vencer. No contexto das instituições governamentais brasileiras o verbo “domar” adquire valor metafórico de “convencer”, logo mental. Muito apropriadamente, lanço mão de dois excertos, extraídos das entrevistas coletadas com cidadãos e cidadãs que representam, nesta pesquisa, a instância cidadã, à qual vimos nos referindo neste estudo, que nos auxiliam na defesa da tese que, ao adentrar o território masculino da política, a parcela feminina da sociedade se expõe às mais duras provas, como são as do seu poder de convencimento, de persuasão, bem como da sua capacidade administrativa. Exigemse delas luta, empenho e provas de seu preparo para o enfrentamento da vida pública. Vejamos:

Excerto (6) : Pesq. O que você acha da atuação da mulher na política nacional? Inf. Eu acho bem interessante porque geralmente é homem/ homem e a mulher tem que tomar seu espaço... não tomar, tem que se igualar a sociedade. Acho que isso é bem bacana. As mulheres fazer isso, provar que são capazes, né!
(Inf. 2, sexo feminino, 21 anos, nível de escolaridade médio)

Excerto (7):

Inf. A política envolve vários fatores e várias cabeças. Porque a mulher/ ela nunca vai ter a voz ativa. Infelizmente a sociedade é assim. E dentro de um partido político, é muito raro um partido que aceite a opinião de uma mulher, né? Então, a mulher tem que ter um poder de convencimento MU::ITO grande. Para convencer a cúpula, porque a maioria da cúpula é masculina. Então você imagine o poder que ela tem que ter. (Inf. 5, sexo masculino, 45 anos, nível de escolaridade médio)

Quando se investiga as relações de gênero na sociedade – o que caracteriza masculino e o feminino – é comum nos depararmos com um discurso culturalmente construído que tende, segundo Badinter (1993, p. 99), a associar a identidade masculina ao fato de possuir, tomar, penetrar, dominar e se afirmar, se necessário pela força. A identidade feminina, ao fato de ser possuída, dócil, passiva, submissa. Ao lado dessas associações, pode-se, ainda, acrescentar aquelas que posicionam o masculino como racional e o feminino como emotivo.

Voltemos um pouco ao excerto (5): “Dilma virou candidata graças a uma rara conjunção de fatores”. Muito embora essa estrutura oracional apresente Dilma como tema oracional, o verbo “virar”, de natureza atributiva, dizendo respeito ao mundo das relações abstratas, retrata um estado de coisas que, mais uma vez corrobora para o enfraquecimento da identidade feminina. Façamos uma pequena inversão na forma de apresentação das suas formas linguística, a saber, “uma rara conjunção de fatores transformou Dilma em candidata”. Nota-se, agora, que a predicação volta-se mais vivamente para “rara conjunção de fatores” que, supostamente, elevou Dilma à condição de candidata à presidência. Vejamos ainda que a forma adjetiva “rara” assegura uma qualificação negativa do ator social Dilma.

No contexto dessa pesquisa e do recorte de textos acima apresentados, tanto estado de coisas retratados nos excertos (6) e (7), quanto os verbos de consciência e os verbos que dizem respeito ao mundo físico, analisados anteriormente, podem desvelar sentidos que depõem contra a capacidade de as mulheres adentrarem o território masculino da política nacional, já que os discursos nos posicionam no mundo social com base nas relações de poder. Nesse sentido, nos domínios discursivos midiático e político, as concepções naturalizadas em nossa sociedade sobre as representações sociais da masculinidade e da feminilidade podem auxiliar na reprodução e legitimação do poder e da dominação.

Dos dados coletados diretamente dos discursos produzidos no Plenário Nacional da Câmara dos Deputados (disponíveis, na íntegra, em www.camara.gov.br), também é possível extrair enunciados que comprovam a ênfase que se vem dando, ao logo da história da mulher que busca participar ativamente da política, à necessidade de se mostrarem capazes no sentido de enfrentarem desafios que podem ser correlacionados à luta bélica.

- Excerto (8): O que temos a comemorar é a luta da qual somos protagonistas ao longo da história. Às vezes uma luta pública, às vezes anônima, mas sempre incansável em busca da igualdade e do respeito à diferença. Uma luta afirmativa de valores humanos que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente. (08/03/2005, deputada PT-RS)
- Excerto (9): Apesar de as mulheres terem começado a participar da vida política, o que se constata, nesse nosso tempo, é que elas ainda são excluídas do cenário político-eleitoral aparecendo como eleitoras que têm como desafio a conquista de cargos eletivos. (09/03/2004, deputado PSB-PE)
- Excerto (10): O empoderamento feminino significa ter acesso à representação do grupo, que é maioria do eleitorado/população, na defesa das suas necessidades e participando das decisões nacionais. A inserção da mulher na esfera pública depende muito da sua garra e de cobrar dos partidos políticos a abertura à participação. (...) ainda é tímida nossa presença na política. (08/03/2006, deputada PFL- TO)

Como elementos anafóricos; “uma luta pública”; “uma luta anônima”; “uma luta incansável...”; “uma luta afirmativa...”, no excerto (8), retomam o referente “a luta da qual somos protagonistas”. No entanto, há de se perceber não só caráter persuasivo que essas estruturas conferem ao texto, mas também que tais operações linguísticas, aqui representadas, nos determinantes indefinidos que encabeçam as expressões nominais, não podem ser vistas independentemente das propriedades dos objetos no universo físico e, ainda, da situação enunciativa.

No excerto (9), o cargo político é o elemento apontado como capaz de transformar a parcela feminina da sociedade em sujeito político ativo. Essa transformação na posição feminina não é algo que se faz, conforme aponta o enunciador, por reconhecimento de direitos, mas algo a ser conquistado. Tendo em vista, por um lado, ser o campo da política um território demarcado por lutas e relações de força e, por outro, que as palavras apresentam valores relacionais, ou, como já nos referimos neste estudo, que a escolha do vocabulário depende dos relacionamentos sociais entre participantes (FAIRCLOUGH, 1991, p. 116), não é apressado dizer que a expressão “a conquista de cargos eletivos”, no contexto de produção do discurso parlamentar em foco, apresenta um valor experiencial relativo à representação de um grupo social, que aproxima a concorrência pelo poder no campo político das lutas bélicas.

O excerto (10) estabelece uma relação estrita entre empoderamento feminino, participação nas decisões nacionais e abertura à participação. O que se reivindica, na voz da deputada, é um posicionamento de destaque para as mulheres. Isso implica a ocupação de espaços privilegiados de exercício do poder de decisão. Esse estado de coisas começa a

emergir, e ser representado, nos mais recentes discursos levados ao plenário nacional. Vejamos, também, o seguinte recorte:

Excerto (11): Trata-se, sem dúvida, da mais contundente manifestação do empoderamento feminino em nosso País. Ao cabo de um processo secular de emancipação e cidadania, em que não faltaram dolorosos episódios de preconceito e discriminação, a mulher brasileira se vê hoje representada pela ocupante do mais alto cargo público da República, por decisão soberana da população. A eleição de Dilma Rousseff apresenta esse inegável sabor. Significa o reconhecimento indiscutível do papel da mulher nos destinos nacionais, em quaisquer formas de participação. Outra grande vitória feminina foi a eleição da Deputada Rose de Freitas para a 1ª Vice-Presidência desta Casa, resultado comemorado por todas nós, mulheres, que na Câmara dos Deputados timidamente ocupamos apenas 44 das 513 cadeiras. Como mãe, trabalhadora e profissional, em cargos subalternos ou de chefia, na iniciativa privada ou no serviço público, a mulher brasileira tem se mostrado à altura de suas responsabilidades e chega assim aos níveis decisórios do Governo. (01/03/2011, deputada PR-CE)

A luta de classes para Marx significava a força propulsora da história. Mais do que isso, ele sustentava que todo o progresso histórico relevante nasce do conflito, da luta e da revolução violenta. Nesse contexto, sofrimento e sacrifício humano eram necessários para se alcançar a mudança social. Para Capra (1982, p. 32), “essa visão da evolução social enfatiza exageradamente o papel da luta e do conflito, esquecendo de que toda a luta ocorre na natureza dentro de um contexto mais amplo de cooperação”. Vemos que no espaço público da política, quando se trata da busca pela mulher de um espaço que também lhe é de direito, o conflito ainda não foi minimizado embora estejamos vivenciando uma época de transição social.

No que concerne ao vocabulário e ao campo semântico das formas linguísticas selecionadas por nossos informantes durante as entrevistas, percebe-se que há uma recorrência irrestrita a valores, ideologias e percepções da vida social que vão ao encontro daquilo que se vem chamando no interior das ciências sociais de “verdades naturalizadas”. O quadro abaixo pretende sintetizar esse fenômeno:

IDENTIDADES FEMININA E MASCULINA NA ATUAÇÃO POLÍTICA

HOMENS	MULHERES
Machistas	Seguem o modelo machista
Racionais (cabeça), frios	Instintivas (coração), sentimentais
Objetivos, agem, são práticos	Subjetivas, sentem, emocionam-se
Fortes, brutos, ofendem	Fracas, sensíveis, defendem
Mais corruptos ou menos honestos	Menos corruptas ou mais honestas
Visam ao lucro, lidam com economia e questões monetárias	Visam ao social, lidam com a educação, a família, as crianças, os idosos

Conduzem, são visíveis, ocultam o outro	Se deixam conduzir, são passivas e ocultadas
Visam o poder	Centram-se no outro, na realidade sociocultural

Esse modo de experienciar as relações de gênero no interior das práticas políticas feminina e masculina demonstra que ainda estamos sob o jugo ou domínio da tradição. Essas diferenças que recaem sobre o feminino, como já me referi neste estudo, podem ser utilizadas em alguns gêneros textuais para depor contra a mulher politicamente ativa.

5. Considerações finais

Conforme sugere o título deste artigo, o estudo aqui empreendido toma como ponto de partida aspectos da realidade social feminina no que concerne, de forma específica, à sua participação ativa na política brasileira. Nesse sentido, buscou contemplar questões de natureza linguístico-discursivas que se prestam ao debate, a um só tempo, da representatividade política feminina e identidade de gênero. Essa tomada de posição analítica frente aos dados de pesquisa apresentados se faz, como vimos, na confluência dos domínios discursivos político e midiático, bem como na sua relação dialógica com o discurso do cidadão/cidadã comum que, via linguagem, se consolida como parte constitutiva da construção identitária dos atores sociais em foco.

Transitividade verbal e vocabulário foram, neste estudo, as categorias linguísticas por meio das quais as manifestações ideológico-discursivas que recaem sobre a mulher politicamente ativa puderam ser discutidas/questionadas. Sendo assim, é por meio dos elementos da microanálise, ou seja, aqueles que se nos apresentam na superfície textual, que, à luz da perspectiva crítica da análise de discurso (ACD), busca-se interpretar elementos de natureza macro, ou seja, aqueles relativos às rotinas sociais complexas referendadas nas mais diversas práticas sociais.

As análises levadas a cabo ao longo da tessitura deste trabalho auxiliam no entendimento do projeto analítico-metodológico da ACD que, entre outros fatores, sugere uma abordagem unificada das dimensões que constituem objeto de estudos da linguagem, quais sejam, a linguística, a discursiva e a social. No interior da ACD, os eventos/acontecimentos discursivos são encarados enquanto texto (dimensão descritiva), enquanto prática discursiva (dimensão interpretativa) e enquanto prática social (dimensão explicativa). São as práticas sociais concretas que, em condições propícias, corroboram a ideia de que as estruturas sociais moldam e determinam os textos e, em movimento contrário, os textos atuam sobre as estruturas sociais. Saliente-se, portanto, a dimensão social da semiologia linguística que se nos apresenta neste estudo.

À guisa de fechamento, faço minhas as palavras de (BEM, 1993), para quem precisamos observar e desconstruir não as diferenças entre homens e mulheres, mas sim focalizar como os discursos, as práticas discursivas e as instituições que sustentam a primazia masculina transformam essas diferenças em desvantagens para as mulheres. Nesse

ínterim, não esqueçamos que um dos objetivos da ACD é desconstruir naturalizações (invenções discursivas), buscando evidências de que opressão e abuso de poder se fundamentam em ideologias que favorecem interesses ou estruturas sociais específicas.

6. Referências

BADINTER, Elizabeth. **XY Sobre a identidade masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

BARROS, D E C. Análise **do discurso crítica: pesquisa social e lingüística**. In: **Anais eletrônico da 1a JIED** – Jornada Internacional de Estudos do Discurso 27, 28 e 29 de março de 2008, Maringá-Pr. Disponível em:

<http://www.dle.uem.br/jied/pdf/AN%C1LISE%20DO%20DISCURSO%20CR%CDTICA%20barros.pdf>

BARROS, D.E.C. Gêneros gramatical, textual e social nos estudos linguísticos. **Acta Scientiarum** – Language and Culture, v.32, n.2, p.181-189, Jul.-Dez. 2010.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. **New Foundations for a Science of Text and Discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge of society**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.

BEM, Sandra Lipsitz. **The lenses of gender**. New Haven: Yale University, 1993.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Trad. Alvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Trad. Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordenadora da trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001. [Original em Inglês: *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992].

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: Pedro, R. M. (org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa; editorial Caminho, 1997.

_____. **Language and power**. London: Logman, 1991.

_____. **Critical discourse analysis - the critical study of language**. London: Logman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. & WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: Van Dijk, T. A. (ed.). **Discourse as social interaction**. Londres: Sage, 1997. p.258-284. [Versão em Espanhol: *Análisis Crítico Del Discurso*. In: van Dijk, T. (comp.) **El discurso como estrutura e processo**. Estudos sobre o discurso II. Uma introducción multidisciplinária. Gedisa: 2000].

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Antonio Ramos Rosa. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HALLIDAY, M.A.K. & MATTHIESSEN, C. M. A. M. (Rev.) **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HEBERLE, V. Análise crítica do discurso e estudos de gênero: subsídios para a leitura e interpretação de textos. In: Fortkamp, M. & Tomueth, L. (orgs.) **Aspectos da lingüística aplicada: estudos em homenagem ao prof. Hilário Bohn**. Florianópolis: Insular, p. 167-184, 2000.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

RAVELLI, L. Getting started with functional analysis of text. In: L. Unsworth (ed.), **Researching language in schools and communities**. Functional linguistic perspectives. London and Washington: Cassell, p. 27-61, 2000.

Revista **Veja**, Editora Abril – edição 2129, 09/Set/2009.

Revista **Veja**, Editora Abril – edição 2153 , 24/ Fev/2010.

Revista **Veja**, Editora Abril – edição 2166, 26/Maio/2010.